



Opinião Econômica

Solange Srour

Diretora de macroeconomia para o Brasil
no UBS Global Wealth Management

O real forte pode sair caro

Câmbio aprecia, humor econômico sobe e Brasília volta a discutir ampliação de gastos

O real valorizado costuma produzir no Brasil um efeito recorrente. O câmbio aprecia, as pressões inflacionárias ficam temporariamente contidas, o humor econômico sobe e Brasília volta a discutir a ampliação de gastos, flexibilizações e novos benefícios permanentes como se as restrições fiscais e problemas de produtividade tivessem deixado de existir.

É nesse ambiente que o fim da escala 6x1 e a redução da jornada devem avançar no Congresso. Como contrapartida ao aumento dos custos para as empresas, ganham força propostas de ampliação dos limites do Simples Nacio-

nal e do MEI.

O risco dessas medidas não é só fiscal: é o de construirmos uma economia estruturalmente mais cara, menos produtiva, menos flexível e permanentemente pressionada pelas suas próprias regras.

Antes de avaliar as compensações tributárias, é importante distinguir os dois aspectos da discussão sobre o fim da escala 6x1: a redução da jornada semanal e a eliminação de um modelo específico de organização do trabalho.

A redução da jornada, se não acompanhada de ganhos equivalentes de produtividade, eleva o custo unitário do trabalho. Em economias menos produtivas,

esse tipo de ajuste tende a se traduzir em preços mais altos, compressão de margens, menor disposição para contratar e menos investimento. A experiência internacional mostra que reduções sustentáveis de jornada ocorreram, em geral, em ambientes de forte avanço de produtividade e maior flexibilidade nas negociações trabalhistas. O que não parece o caso brasileiro.

Já o segundo ponto é particularmente relevante para setores intensivos em operação contínua, como comércio, hotelaria, logística e saúde. Nesses casos, a restrição à 6x1 reduz a flexibilidade na alocação de turnos e na gestão

operacional. Isso pode significar custos maiores e menor eficiência.

As propostas de ampliar o Simples e o MEI surgem como uma tentativa de amortecer parte desses custos adicionais. O problema é que ambos os regimes produzem distorções relevantes na alocação de recursos da economia.

O Simples foi concebido para reduzir burocracia e estimular formalização. Com o tempo, passou a alterar os incentivos econômicos das empresas. A forte descontinuidade da carga tributária após determinados limites de faturamento cria um incentivo permanente para que empresas restrinjam artificialmente seu crescimento, apenas para permanecer no regime favorecido.

Em vez de estimular ganho de escala, investimento e produtividade, o sistema premia a fragmentação artificial das empresas. Em uma economia de

baixo crescimento de produtividade, isso significa pior alocação de capital e decisões empresariais menos orientadas pela eficiência econômica.

No caso do MEI, o regime amplia a substituição do emprego formal por vínculos com baixa contribuição previdenciária, em um país já pressionado pelo envelhecimento populacional.

Nenhuma dessas discussões ocorre isoladamente. O Congresso acumula propostas de elevado impacto fiscal, incluindo novos pisos salariais, aposentadorias especiais, vinculações de gastos e reduções de jornada para categorias específicas. O resultado é o avanço contínuo das despesas obrigatórias e a redução progressiva do espaço para ajuste fiscal.

O risco real não está no câmbio de hoje; está em transformar um cenário externo favorável em desequilíbrios permanentes.

banriway A vida financeira do seu filho começa aqui.

A nova conta para crianças e adolescentes do Banrisul. Para eles terem **mais autonomia e segurança.**

banrisul
www.banrisul.com.br/banriway

Fim da escala 6x1 deve ser votado na Câmara dos Deputados em 27 de maio

/ CONGRESSO NACIONAL

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) pelo fim da escala 6x1 deve ser votada no plenário da Câmara dos Deputados no dia 27 de maio, segundo o presidente da comissão especial que debate a redução da jornada, deputado Alencar Santana (PT-SP).

O calendário prevê ainda votação do relatório na comissão um dia antes, em 26 de maio. Para isso, o governo fechou acordo com o presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), e o deputado autor de uma das propostas, deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), aceitou alterá-la para tentar aprovação imediata.

Lopes propunha jornada de trabalho de 36 horas por semana com escala 4x3. Agora, emenda apresentada por ele prevê redução de 44 horas para 40 horas semanais, com escala 5x2, sem diminuição de salário. A redução teria aplicação imediata, sem previsão de transição de dez anos, como propunha seu projeto original, de 2019, ou de 360 dias, como a PEC

da deputada Erika Hilton (PSOL-SP), que trouxe luz ao assunto em 2024, ao lado do Movimento VAT (Vida Além do Trabalho), ao tratar da redução nas redes sociais.

Os deputados participam de audiência pública no Palácio do Trabalhador, na região central da capital paulista, nesta quinta-feira. A reunião faz parte das audiências itinerantes propostas pelos parlamentares para cumprir a cota de audiências necessárias para aprovação de PEC. Além de Santana e Lopes, também estão presentes o relator das PECs, deputado Léo Prates (Republicanos-BA), o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, a ex-ministra do meio ambiente, Marina Silva (Rede), o deputado Paulinho da Força (SD-SP) e os presidentes das centrais sindicais.

Em seu discurso, o ministro Luiz Marinho deixou claro que não haverá nenhuma compensação financeira ou de impostos a empresas pelo fim da escala 6x1. "Não há qualquer possibilidade de isenção tributária ou fiscal. Redução se discute falando de produtividade,



Para ser aprovada, a PEC precisa de 308 votos favoráveis dos deputados em duas sessões

falando de ambiente de trabalho. E qual ambiente que temos hoje? Muitas vezes é um ambiente hostil", disse.

O relator da PEC fez questão de destacar que não é de esquerda e que terá "longa agenda" com o setor empresarial antes de fechar o texto para votação. Segundo ele, no entanto, o debate sobre o fim da

escala 6x1 tem a ver com um movimento mundial, em especial liderado pela juventude. Trata-se de um debate mundial, especialmente entre os jovens. Na China, há o movimento 'fique deitado e não vá competir'. Não sou de esquerda. O relatório não será contra ninguém, mas nós temos lado, é o lado das pessoas" disse.

Para ser aprovada, a PEC precisa de 308 votos favoráveis dos deputados em duas votações e de 49 votos dos senadores em outras duas votações. Com isso, se for aprovada na Câmara no final de maio, a intenção é votar a medida no Senado no início de junho e, até o dia 15, ter a promulgação da nova jornada.